



Thiago Pinheiro de Magalhães
Vinícius Alves A. de Oliveira
Mirian de Souza Campião
Delmonte Roboredo
Ostenildo Ribeiro Campos
Cícero Rogério Henrique Laluce
Ricardo Antônio Pereira
Clerinéia Araldi Kruger
Wilson Rodrigues da Silva

PROPOSTA DE ALTA FLORESTA

Pré-tese Alta Floresta -
MT apresentada à
Comunidade Acadêmica
para apreciação, discussão,
validação e posterior
encaminhamento às demais
etapas do 3º. Congresso.



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros aqui relacionados são autores dessa pré-tese e têm ciência de seu conteúdo e autorizam seu encaminhamento e publicação conforme previsto no Regimento do 3º Congresso Universitário da UNEMAT.

DISCENTES

THIAGO PINHEIRO DE MAGALHÃES

Thiago Pinheiro de Magalhães

VINÍCIUS ALVES A. DE OLIVEIRA

Vinicius Alves A. de Oliveira

MIRIAN DE SOUZA CAMPIÃO

Miriam de Souza Campião

DOCENTES

DELMONTE ROBOREDO

Delmonte Roboredo

OSTENILDO RIBEIRO CAMPOS

Ostenildo Ribeiro Campos

CÍCERO ROGÉRIO HENRRIQUE LALUCE

Cícero Rogério Henrique Laluce

TÉCNICOS

RICARDO ANTONIO PEREIRA

Ricardo A. Pereira

CLERINÉIA ARALDI KRUGER

Clérinéia Araldi Kruger

VILSON RODRIGUES DA SILVA

Vilson Rodrigues da Silva



A. EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESSA PRÉ-TESE

- Eixo 1 - Graduação
- Eixo 2 – Pós-graduação
- Eixo 3 - Pesquisa
- Eixo 4 – Extensão e Cultura
- Eixo 5 - Gestão
- Eixo 6 – Política Estudantil
- Eixo 7 – Política de Financiamento

B. RESUMO

A proposta consiste na flexibilização do auxílio alimentação, bem como o aumento da quantidade de acadêmicos atendidos pela política do auxílio alimentação, através de restaurantes universitários, sem a necessidade de mudanças estruturais e não geraram impacto no orçamento já garantido para a tal finalidade; a decisão de concessão de bolsas ou restaurantes universitários se daria de acordo com a realidade de cada campus, que teria autonomia na decisão. A pré-tese defende a utilização do valor disponibilizado para auxílio alimentação de forma que alunos com situação de vulnerabilidade socioeconômica sejam de fato atendidos e que garanta a eficiência da política estudantil, garantindo assim as condições mínimas e necessárias para a permanência do acadêmico na academia. Tendo em vista a porcentagem de 0,6% do orçamento da universidade destinado a políticas estudantil para atender a mais de 16.000 alunos, se faz necessário garantir recursos para tal finalidade, a fim de fortalecer a vida do acadêmico na academia.

C. INTRODUÇÃO

Afinal, quando começou a assistência estudantil no Brasil? Será, na década de 30, a criação dos primeiros programas de alimentação e moradia universitária, efetivados como política somente nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) do Ministério da Educação? Ou foram as casas-comunidades, lugar de refúgio e resistência na fase da ditadura militar, que acabaram por consequência na fundação, em 1987, da SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes? Qual terá sido, afinal, a experiência norteadora, a partir da qual veio a se construir a rica trajetória da assistência estudantil no país? A leitura dos textos encontrados sobre os caminhos traçados pelas ações de assistência aos estudantes brasileiros dá margem, de fato, a mais indagações do que certezas.

No entanto, pode-se afirmar que a tradição do apoio estudantil se alicerça principalmente no provimento direto ou mesmo na facilitação, por algum meio indireto, da moradia estudantil e na garantia de alimentação subsidiada, via de regra, mediante os



restaurantes universitários, por parte do ente público ou mantenedora privada responsável pelo orçamento da instituição de educação superior de que se trate.

A pré-tese visa demonstrar, que através de mudanças nas políticas estudantil da universidade, é possível melhorar os benefícios proporcionado pelo auxílio alimentação aos acadêmicos, sem a necessidade de mudanças estruturais, e ainda utilizar o valor já disponibilizado para a tal finalidade. Esses auxílios se tornam medidas necessária, uma vez que o número de evasão nos cursos de graduação a cada ano que passa, de modo geral, se torna uma triste realidade nas universidades públicas brasileiras. Na UNEMAT, problemas como mudanças de cursos e até mesmo exclusão de alguns cursos de determinados campus, se dá devido à falta de alunos interessados, e até mesmo, por falta de incentivo do poder público, como por exemplo o município de Alta Floresta, que não dispõe de transporte público, o que gera dificuldades de locomoção aos alunos da universidade que não dispõe de meios de locomoção para se deslocar no trajeto casa-universidade-casa.

Através de uma análise, de cada campus individualmente em relação a estrutura, quantidade de acadêmicos matriculados e da disponibilidade de estruturas e empresas interessada na concessão, o diretor da unidade regionalizada juntamente com uma comissão no qual a composição seria de representante dos 3 segmentos da universidade, ou seja, o colegiado, teria a opção de conceder as bolsas de auxílio alimentação ou o valor de subsídio a uma empresa de alimentação, garantindo assim a seguridade social e alimentar dos acadêmicos.

Algumas cidades na qual as unidades de ensino da UNEMAT estão instaladas há problemas básicos, os quais não competem a universidade resolvê-los, porém tais problemas interferem diretamente na vida dos acadêmicos que dependem de meios de locomoção. Problemas estes como a falta de transporte público no município de Alta Floresta, e que afetam principalmente alunos que estudam em período integral com aulas das 7:30 as 11:30 no período matutino, e no período vespertino as aulas vão das 13:30 e se encerram as 17:30, tendo um intervalo de 2h00min para realizar o trajeto de universidade-residência - universidade. A flexibilização permite ao gestor de cada unidade regionalizada, juntamente com o colegiado regional, decidir qual a melhor forma de aplicação do recurso, podendo ser a distribuição de bolsas, como atualmente, ou subsídio a uma empresa no ramo de alimentação, de preferência dentro do campus, a qual oferecerá uma quantidade determinada de refeição diariamente, de acordo com o valor do subsídio e da estrutura do campus. A flexibilização asseguraria um dos princípios da UNEMAT, no qual no art. 2, V da RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR, garante a equidade, descentralização e democratização da estrutura e da gestão acadêmica;

No ano de 2016, a UNEMAT, gastou R\$ 1. 828,000,00 em assistência estudantil, sendo R\$ 1.000.000,00 em moradia, R\$ 700,000,00 em alimentação, R\$ 36.000,00 em eventos e R\$ 72.000,00 em seguro de vida, valores esse que somados representam de 0,6 a 1% do orçamento da Universidade. No último edital de concessão de bolsas auxílio moradia e alimentação, na unidade de Alta Floresta ocorreu de bolsas remanescentes não serem preenchidas, e conseqüentemente houve perda de recursos que poderiam estar garantindo a permanência de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Sendo assim, torna-se indispensável as discussões de alternativas que visam amenizar os problemas que a falta de gestão municipal causa aos acadêmicos, e maximizar os benefícios que o auxílio alimentação pode trazer tanto para a universidade



quanto para os acadêmicos, se melhores aplicados, uma vez que, se o acadêmico almoça na universidade, aumenta o tempo de convivência na universidade, conseqüentemente estimula os acadêmicos a participarem dos laboratórios didáticos, a frequentarem a biblioteca, ou seja, se envolver nas atividades da universidade.

D. OBJETIVO

A pré-tese tem por objetivo:

- Garantir a autonomia dos campus em decisões, como a forma de aplicação de recursos destinado ao auxílio alimentação, avaliando a necessidade de concessão de bolsas como o edital vigente, ou como subsídios a uma empresa de alimentação de forma a reduzir o valor de refeição ao acadêmico, conseqüentemente triplicar a quantidade de alunos atendido pela política de auxílio alimentação.
- Estabelecer um percentual mínimo da receita da Universidade, no qual hoje varia entre 0,6% a 1,0%, e são destinados a políticas estudantil, e que a cada ano o valor será corrigido em 0,2%, até atingir um limite de 1,6% do orçamento, no qual será destinado às políticas como moradia, alimentação, esporte e eventos que vise a promoção de condições de permanência na universidade, como moradia e alimentação.

E. METODOLOGIA

A Metodologia de trabalho do grupo foi proposta através reuniões com os três segmentos da universidade, de forma que cada participante apresentou seu ponto de vista, a fim de construir uma ideia central da pré-tese.

As reuniões se deram de forma explicativa, através da leitura da proposta, os participantes destacaram aspectos relevantes que poderiam ser abordados, como por exemplo, de como se deram as políticas estudantil no Brasil, e a importância que essas políticas trazem aos estudantes.

As discussões foram embasadas também através de dados disponibilizados pela universidade, como por exemplo, valores de investimentos em cada área da universidade, quantidade de bolsas atendidas pelo campus de Alta Floresta, dando destaque para área de assistência estudantil. Nas reuniões, técnicos que já foram, ou são acadêmicos da instituição ressaltaram a importância das assistências estudantis, como forma de fortalecer a qualidade de ensino e diminuir problemas de evasão, devido à falta de condições de permanência na universidade, principalmente para alunos que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

F. JUSTIFICATIVA

• EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil, compreende um conjunto de políticas voltadas para melhoria nas condições de permanência e de aproveitamento do ensino, através do desenvolvimento de ações contextualizadas que além de oportunizarem o acesso e inclusão na educação superior, garanta as condições necessárias para que o acadêmico



possa participar efetivamente na vida da academia, favorecendo sua permanência bem-sucedida, levando em conta as necessidades dos *Campi* (ANDRÉS, 2011).

Seguindo por esse raciocínio, a oferta de auxílio alimentação pela universidade, mesmo tendo como objetivo principal oferecer as condições de permanência aos acadêmicos de baixa renda, os quais realmente se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, encontra problemas na distribuição aos discentes, não sendo totalmente eficiente no seu objetivo principal.

O maior problema na seleção de acadêmicos no programa de auxílios, é a suscetibilidade a fraude de documentos comprobatórios por parte de acadêmicos e seus responsáveis que omitem ou distorcem informações a fim de pontuar mais perante o sistema da PRAE."

Segundo o edital EDITAL N°. 001/2017/PRAE, foram ofertados 488 auxílios alimentação distribuídos proporcionalmente a cada unidade regionalizada. O esquema abaixo visa detalhar os gastos atualmente com as concessões de bolsas, e uma simulação rápida se houvesse a possibilidade de aplicação do recurso conforme é defendida na prétese.

488 auxílios x 6 meses (período de concessão) x 200,00 (Valor do auxílio).

Segundo os dados apresentados no EDITAL, o valor previsto para ser gasto com as bolsas no ano de 2017 para a universidade é de R\$ 585.600,00.

No campus de Alta Floresta foram ofertadas 35 bolsas de auxílio alimentação, no qual corresponde um percentual de 7,17% do total de bolsas ofertada ao todo. O percentual de bolsas representa o montante de R\$ 42.000,00 no período de 6 meses, que representa um semestre. Segundo a RESOLUÇÃO N° 070/2016 – CONEPE, que define o calendário acadêmico para o semestre de 2017/1 e 2017/2, o período letivo é de 102 dias para 2017/1 e 106 dias para 2017/2. Sendo assim, se dividirmos o valor gasto com os auxílios somente no campus de Alta Floresta pela quantidade de dias letivos, têm-se um valor de R\$ 411,76 por dia, no qual permitiria atender em média de 100 a 120 acadêmicos com uma redução que podia variar de R\$ 3,43 à R\$ 4,18 no valor da refeição, sendo o valor variado de acordo com a quantidade de acadêmicos atendidos. Se aprovada a proposta de autonomia financeira na política estudantil de cada polo universitário, cada campus poderia discutir e decidir de acordo com a realidade da unidade e da quantidade de acadêmicos matriculados.

Conforme à metodologia de distribuição do auxílio alimentação vigente, a unidade de Alta Floresta, no qual estão matriculados aproximadamente 1.100 acadêmicos, atende apenas 3,18 % do total de alunos. Se a proposta de democratização do auxílio alimentação fosse aprovada, seria possível atender em média de 100 a 120 acadêmicos, o que representaria de 9,09% a 10,09% respectivamente, ou seja, permitiria triplicar a quantidade de alunos abrangidos na política, e conseqüentemente dando as condições de permanência na universidade. A proposta visa dar maior eficiência ao art. 36º, VI do estatuto da UNEMAT, no qual determina que as Pró-Reitorias, órgãos diretamente ligados à Administração Central, supervisione, oriente, coordene, fiscalize, execute e proponha políticas e ações das seguintes atividades meio e atividades fins da UNEMAT, e garanta a assistência estudantil e assuntos comunitários para planejamento e execução de políticas permanentes de estímulo ao acesso à educação superior e garantia do ensino, pesquisa, extensão, de modo a evitar desestímulos e evasão.



Segundo a RESOLUÇÃO Nº 001/2017 – AD REFERENDUM DO CONSUNI, no qual aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2017 – 2021 da Universidade do Estado de Mato Grosso, no capítulo IV que trata das INFRAESTRUTURAS FÍSICA, TECNOLÓGICA E PATRIMONIAL da universidade, em relação à acessibilidade aos campus e às dependências, de um modo geral, os campus possuem linhas regulares de transporte coletivo, realidade essa que não é a mesma no município de Alta Floresta, o que se torna necessário um restaurante universitário dentro da universidade, como forma de fortalecer o ensino e garantir a demanda por ensino superior no município.

• EIXO FINANCIAMENTO

Garantir através do CONSUNI, um percentual destinado a assistência estudantil, como moradia, alimentação, material didático, etc., de modo a assegurar que a universidade promova um ambiente propício a formação dos acadêmicos, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

Hoje o percentual gasto com os mais de 16.000 acadêmicos em assistência estudantil varia de 0,6% a 0,8%, de um montante de 318 a 330 milhões, valor esse estimado para 2017, e representa os 2,4% da Receita Corrente Líquida do Estado, prevista para a UNEMAT. Se aprovada a pré-tese, a cada ano o valor investido em assistência estudantil será corrigido, de forma que o valor representasse um aumento de 0,2% até atingir 1,6% do orçamento da Universidade, garantindo assim políticas aos alunos já matriculados e aos calouros de cada curso.

Diante das condições em que se encontram as unidades regionalizadas, muitas localizadas em municípios desprovidos de transporte público, muitas das vezes em cidades nas quais se necessitam um meio de transporte para locomoção, e que devido as dificuldades, o acadêmico acaba desistindo de continuar na academia, acarretando maior evasão e conseqüentemente queda na demanda por curso.

A UNEMAT, como uma instituição pública, tem o dever de promover e necessita estimular o interesse do cidadão em cursar uma graduação, e quando se mostrarem interessados, propiciar aos interessados as condições de permanência nos cursos de graduação, principalmente aos alunos de graduação integral, uma vez que devido ao período em que estudam impossibilitam que trabalhe e se mantenham, tendo que muitas das vezes fazer a escolha de sobreviver e trabalhar ou dedicar aos estudos.

3 – Elementos pós-textuais:

A. Referências

- ANDRÉS, APARECIDA. **ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**. Consultoria Legislativa da Área XV Educação e Cultura, Brasília, DF – 2011.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Estatuto da Unemat. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR**
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT



Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Política Estudantil	1. Flexibilizar o auxílio alimentação, podendo conceder o auxílio ou subsidiar uma empresa de alimentação.	Garantir que a formação universitária, em todos os cursos, seja amparada por políticas estudantis que sejam eficientes e ofereça condições de permanência aos acadêmicos, principalmente aos que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica.	Aumentar em 3 vezes o número de acadêmicos atendidos pelas políticas estudantis, como moradia, alimentação, etc. Podendo até universalizar com a implantação de restaurantes universitários.	Mudanças no edital de concessão, deixando sobre encargo das Unidades Regionalizadas a decisão de concessão de bolsas ou o subsídio a uma empresa de alimentação, oferecendo a refeição a um valor reduzido ao acadêmico.
Política de Financiamento	2. Determinar um valor mínimo de investimento em assistência estudantil, tendo o valor corrigido a cada ano em 0,2% até atingir 1,6% do orçamento da universidade.	Garantir recursos destinados a assuntos estudantis, a fim de assegurar o cumprimento de políticas voltada aos discentes. Através de um recurso já estabelecido, é possível elaborar um planejamento do recurso, de modo que aumente a eficiência das políticas e contribua para a formação dos alunos de graduação.	Garantir recursos, a fim de dar apoio financeiro a políticas voltadas aos auxílios alimentação e moradia, a prática de esporte, participações em eventos representando a universidade, entre outros.	Formar uma comissão com os três segmentos da universidade, a fim de elaborar um planejamento de distribuição de recursos de assistência estudantil, e uma outra comissão de avaliação de eficiência, para garantir a aplicação adequada do recurso.